# 26/02/2019 15:53 - Depois de afirmar que “universidade para todos não existe”, ministro defende mais alunos nas salas das universidades públicas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, defendeu hoje (26), em audiência pública no Senado Federal, aumentar o número de estudantes nas salas de aula das universidades públicas. Vélez também disse ser favorável às cotas "enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos".

Segundo os dados do último Censo da Educação Superior, de 2017, no setor privado, que concentra a maior parte das matrículas, há, em média, quase 30 estudantes para cada professor. Nas instituições públicas, essa relação é de 12 estudantes por professor.

"Poderíamos utilizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público", defendeu. O ministro não chegou a apontar uma relação ideal, mas citou exemplos de países em que essa relação chega a 50 ou 60 estudantes por professor. "Não vejo por que no nosso Brasil não podemos aumentar um pouco mais o número de estudantes na sala de aula".

Em janeiro, o ministro declarou que “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”, disse Rodríguez ao Valor.

Ele chegou a afirma também que “A ideia de universidade para todos não existe”.

Uma das questões na qual a expansão das universidades públicas esbarra é na falta de orçamento. "Eu vejo isso com muita preocupação. O país está em uma recessão. Estamos com dificuldades econômicas. É muito difícil manter a dotação orçamentária das universidades públicas da forma como se deu nos períodos da bonança econômica", explicou.

O ministro descartou, no entanto, a privatização dessas instituições. "Universidade pública não deve ser privatizada. Mas, por ser pública, precisa ser gerida com responsabilidade", disse. O ministro defendeu o aumento do número de estudantes como forma de otimizar o atual orçamento.

De acordo com o Censo, a maior parte das matrículas do ensino superior está em instituições privadas. Dos cerca de 8,3 milhões, aproximadamente 2 milhões estão em instituições públicas.

**Cotas nas universidades**

Vélez também defendeu as cotas nas universidades. "É importante que todos tenham acesso a universidade em pé de igualdade. E aí está nossa dívida social. Temos cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão de ensino básico de qualidade para todos", diz.

A lei de cotas, Lei 12.711/2012, estabelece que metade das vagas das intituições federais devem ser reservadas para estudantes de escolas públicas. Devem ser reservadas também vagas para estudantes negros e indígenas. O número dessas vagas é calculado com base na porcentagem dessas populações no local em que a universidade está inserida.

**Educação básica**

Na audiência pública, Vélez voltou a defender a melhora da educação básica, que vai do ensino infantil até o ensino médio, como forma de melhorar a qualidade da educação brasileira. Ele também voltou a defender a máxima "Mais Brasil, menos Brasília", defendendo um fortalecimento da gestão da educação nos estados e municípios.

Ele também defendeu o modelo de educação cívico-militar e ressaltou que a pasta tem uma Subsecretaria voltada para ampliar esse modelo de gestão no país.

**Mensagem às escolas**

Ao menos três parlamentares questionaram o ministro em relação à mensagem enviada pelo MEC a escolas de todo país com uma carta para ser lida aos estudantes. As escolas deveriam também reunir professores, funcionários e alunos e cantar o Hino Nacional. A ação deveria ser gravada.

Os principais pontos criticados foram o pedido para gravar estudantes, que são menores de idade, e o uso do slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro na carta: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos".

O ministro reconheceu que errou em determinados pontos da mensagem. "O slogan de campanha foi um erro. Já tirei. Reconheci, foi um engano. Quanto à filmagem. Só será divulgada com a autorização da família", disse. Vélez defendeu a prática de cantar o Hino Nacional: "Cantar o Hino Nacional não é constrangimento legal, é amor à pátria".

O ministro participou de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado Federal e, por mais de três horas respondeu perguntas de senadores.

**Fonte:** Agência Brasil

Notícias RO